

Nota Técnica 27: Aprimorando a Resposta do Programa Bolsa Família à Crise de Insegurança Alimentar no Brasil: Análise e Diretrizes Futuras

Sergio Kelner Silveira

Carolina Beltrão de Medeiros

Introdução

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado desafios significativos relacionados à insegurança alimentar, uma questão que continua afetando milhões de cidadãos em todo o país. Apesar de um recuo na taxa de fome, ainda persistem altos níveis de vulnerabilidade socioeconômica, exacerbados por crises econômicas como a pandemia de COVID-19. Neste contexto, o Programa Bolsa Família (PBF) tem sido uma ferramenta vital, não apenas como suporte financeiro, mas também como uma estratégia de intervenção para melhorar as condições de vida das famílias vulneráveis. Esta nota técnica procura avaliar a eficácia do Programa Bolsa Família em relação à insegurança alimentar no Brasil, destacando os avanços realizados e os desafios persistentes, com o objetivo de propor ajustes que possam tornar o programa ainda mais efetivo.

1. Redução da Insegurança Alimentar:

O estudo¹ mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a insegurança alimentar no Brasil fornece uma visão detalhada da situação atual e das tendências ao longo dos últimos anos. Em 2023, o Brasil viu um recuo de 16% na fome, afetando aproximadamente 8,7 milhões de pessoas em situações de insegurança alimentar grave. Esta melhora, embora significativa, ainda deixa uma em cada quatro casas no país enfrentando algum grau de insegurança alimentar, representando uma diminuição em relação aos 36,7% observados em 2017/2018 e um aumento comparado aos 22,6% em 2013.

Os dados revelam uma redução considerável no número de pessoas em insegurança alimentar grave e moderada, que agora totaliza 20,6 milhões, uma redução de 28,6% em relação aos 28,7 milhões de 2017/2018. Essa melhora é atribuída a uma combinação de políticas econômicas e sociais implementadas nos últimos anos, incluindo a retomada do crescimento econômico e investimentos em programas sociais sob a nova administração do governo Lula.

A pesquisa também destaca as desigualdades regionais persistentes. Enquanto o Nordeste e o Norte apresentam as taxas mais elevadas de insegurança alimentar moderada e grave, com 14,8% e 16%, respectivamente, outras regiões como o Sul (4,7%), Sudeste (6,7%) e Centro-Oeste (7,9%) mostram índices inferiores à média nacional. Este cenário sugere que a eficácia das políticas públicas pode variar significativamente dependendo da região, ressaltando a necessidade de estratégias mais personalizadas para lidar com as especificidades locais.

Além disso, a insegurança alimentar afeta desproporcionalmente determinados grupos sociais. Famílias lideradas por mulheres, negros e pardos, além daquelas com crianças e rendimentos mais baixos, são mais propensas a experimentar níveis moderados e graves de insegurança

¹ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>

alimentar. Por exemplo, a taxa de insegurança alimentar grave ou moderada nas áreas rurais é de 12,7%, e nas famílias lideradas por mulheres, a taxa é de 10,8%. Esse cenário evidencia a intersecção entre a insegurança alimentar e outras formas de desigualdade social, econômica e racial.

Este panorama oferece uma base robusta para a criação e ajuste de políticas públicas voltadas para a redução da insegurança alimentar no Brasil. A continuidade do monitoramento e a realização anual de pesquisas pelo IBGE, conforme prometido pelo governo, são passos essenciais para entender melhor as dinâmicas de fome e insegurança alimentar no país, permitindo respostas mais eficazes e direcionadas às necessidades das populações mais vulneráveis.

Embora progressos tenham sido feitos, existem desafios significativos para erradicar a fome de forma sustentável. O comprometimento contínuo do Governo com o Bolsa Família e outras iniciativas de assistência social é essencial para assegurar que todas as famílias brasileiras possam viver sem fome.

A análise da evolução² das famílias inscritas no Cadastro Único desde agosto de 2012 até novembro de 2023 mostra uma tendência clara de aumento no número total de famílias inscritas. Esse crescimento sugere uma maior demanda por assistência social, refletindo, em parte, o impacto das políticas do Bolsa Família e a eficácia dessas medidas em alcançar famílias em situação de vulnerabilidade.

A quantidade total de famílias inscritas no Cadastro Único mostrou um crescimento consistente, especialmente notável após eventos econômicos significativos, como a pandemia de COVID-19. Isso indica que os períodos de crise econômica ampliam a vulnerabilidade das famílias e a demanda por programas de assistência, como o Bolsa Família que contribuem para combater a insegurança alimentar.

A quantidade de famílias classificadas dentro dos critérios de pobreza do Bolsa Família também mostrou aumentos, principalmente a partir de 2020, refletindo o impacto da pandemia na economia e nas condições de vida das famílias. Esse dado reforça a necessidade de manutenção e possivelmente de expansão do programa para atender a uma demanda crescente.

2. Recomendações Políticas Baseadas na Análise do Cadastro Único:

É recomendável monitorar continuamente o impacto das políticas públicas sobre as famílias inscritas no Cadastro Único, ajustando os programas conforme necessário para responder às mudanças econômicas e sociais. Durante períodos de crise, como a pandemia, as políticas devem ser rapidamente adaptadas para atender ao aumento das necessidades, como demonstrado pelo crescimento das famílias em situação de pobreza inscritas no Cadastro Único.

Integrar os dados do Cadastro Único com outros indicadores socioeconômicos e demográficos para melhorar a precisão e eficácia das intervenções sociais, garantindo que os recursos sejam alocados onde são mais necessários.

² https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dipes-1/publicacoes/nota-tecnica-14-evolucao-do-numero-e-do-perfil-das-familias-inscritas-no-cadastro-unico-no-brasil_final.pdf

A inscrição crescente de famílias no Cadastro Único, conforme demonstrado pelos dados, sinaliza um aumento da vulnerabilidade socioeconômica no Brasil. O Programa Bolsa Família (PBF) tem demonstrado ser um instrumento eficaz para aliviar parte dessa vulnerabilidade. Dados recentes sugerem que o PBF tem ajudado a melhorar a percepção econômica das famílias beneficiárias, particularmente em termos de segurança alimentar. O indicador de Poder de Compra Equivalente em Cestas Básicas (PCE)³ desenvolvido pela Fundaj ajuda a compreender essa dinâmica. O Poder de Compra Equivalente em Cestas Básicas (PCE) é um indicador desenvolvido pelo Núcleo de Inovação Social em Políticas Públicas - NISP que relaciona o valor médio da cesta básica com o valor médio recebido por famílias do Programa Bolsa Família. Um PCE de 1 indica que o benefício recebido é suficiente para adquirir uma cesta básica, refletindo a capacidade do benefício de cobrir as necessidades básicas em um contexto de inflação dos itens essenciais. Pesquisa do NISP detectou que houve melhora geral do PCE em fevereiro de 2024 em relação a março de 2023, refletindo um potencial aumento no valor dos benefícios e/ou uma estabilização ou diminuição nos custos da cesta básica. No entanto o Bolsa Família sozinho não é suficiente para resolver todas as dimensões da pobreza e da insegurança alimentar, conforme o estudo do IBGE demonstra.

3. Sugestões de Ações Futuras:

i. Indexação do Benefício à Cesta Básica:

Implementar uma política de ajuste automático do valor do Bolsa Família com base nas variações do preço da cesta básica, utilizando o indicador PCE como referência. Isso ajudaria a garantir que o benefício sempre corresponda ao mínimo necessário para a aquisição de itens básicos de alimentação.

- ii. Monitoramento Regional do PCE: Fortalecer o monitoramento do PCE por região, identificando áreas onde o benefício está abaixo do necessário para cobrir a cesta básica e ajustando os valores de forma específica. Isso ajudaria a lidar com disparidades regionais na inflação de alimentos e custo de vida.
- iii. Integração de Políticas de Emprego: Desenvolver programas que combinem transferências de renda com políticas de emprego, especialmente em regiões com alta taxa de desocupação. Isso poderia incluir programas de capacitação profissional e incentivos para a criação de empregos, aliviando a dependência a longo prazo do PBF e melhorando a situação econômica das famílias.
- iv. Avaliação Contínua: Implementar uma estrutura de avaliação contínua para o Bolsa Família, que considere não apenas o PCE, mas também outros indicadores de bem-estar econômico e social, para ajustar o programa conforme necessário e garantir sua relevância e eficácia ao longo do tempo.

³ https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dipes-publicacoes/copy_of_NOTATECNICA20A_percepo_de_beneficirios_e_no_beneficirios_do_PBF_quanto_a_situao_economica_atual1.pdf

Conclusão

A análise detalhada das dinâmicas de inscrição no Cadastro Único e do impacto subsequente do Bolsa Família revela uma imagem complexa da luta contra a insegurança alimentar no Brasil. Embora o programa tenha sido essencial em proporcionar uma rede de segurança para milhões, as flutuações econômicas e a persistência da pobreza demonstram que ajustes são necessários para melhorar sua eficácia. A proposta de vincular o valor do benefício às variações do preço da cesta básica é uma medida promissora que pode garantir que o poder de compra dos beneficiários acompanhe as mudanças nos custos de vida. Além disso, a integração de políticas de emprego e o fortalecimento do monitoramento regional são cruciais para atender às necessidades específicas das diversas regiões do Brasil. Assim, é importante que as políticas públicas continuem evoluindo, respondendo dinamicamente às necessidades das famílias vulneráveis, garantindo que o Bolsa Família não apenas mitigue a fome, mas também contribua para uma solução sustentável e de longo prazo para a insegurança alimentar no país.